

Cadernos de estágio

O Estágio Supervisionado no Ensino Médio Profissionalizante

Helen Agustina Velasco Acosta
Marina Luísa Martins Pires Couto¹
Thais Vitória Dala Costa

Informações

1 marinampcouto@gmail.com

Como citar este texto

VELASCO ACOSTA, H. A.; MARTINS PIRES COUTO, M. L.; DALA COSTA, T. V. O Estágio Supervisionado no Ensino Médio Profissionalizante. Cadernos de Estágio, v. 6, n. 2, 2024 DOI: [10.21680/2763-6488.2024v6n2ID37548](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2024v6n2ID37548).

Introdução

A prática de ensino a ser abordada foi desenvolvida por acadêmicas do curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês e Letras Português-Italiano, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). O estágio deu-se de acordo com a disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa, do terceiro ano da graduação, que propõe o aprimoramento do exercício do educador e convida a uma série de reflexões sobre os caminhos da educação.

Os estágios ocorreram em um Centro Estadual de Educação Profissional na cidade de Cascavel/Paraná, reconheci-



do pelo seu ensino técnico integrado e subsequente, que agrupa o ensino médio a cursos técnicos profissionalizantes. Por meio das práticas de ensino e estágio supervisionado, o Centro permitiu a elaboração e realização do projeto de extensão intitulado Curso Pré-Vestibular. A meta primordial do projeto foi acompanhar os alunos em seu preparo para as provas de Redação e Literatura do vestibular da Unioeste, o principal da cidade e região.

Os estudantes do Centro associam-se a um dos dez cursos técnicos que a instituição oferece, sendo eles: Administração, Desenvolvimento de Sistemas, Edificações, Eletromecânica, Eletrônica, Estética, Enfermagem, Meio Ambiente, Programação de Jogos e Segurança do Trabalho. Esta modalidade de ensino firmou-se já na fundação do colégio e, desde então, a origem socioeconômica dos estudantes tem sido diversificada.

A grade curricular da instituição que nos recebeu busca atender aos critérios da educação profissional integrada ao ensino médio e, portanto, organiza seu currículo de modo a moldar-se às particularidades dos cursos técnicos ofertados. Como propõem as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio*,

Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação

Profissional Técnica de Nível Médio (Ministério da Educação, Brasil, 2012, p. 1).

Assim sendo, disciplinas da Base Nacional Comum são substituídas por disciplinas específicas, de modo que grande parte dos participantes do Curso Pré-Vestibular já não tinham as disciplinas de Língua Portuguesa e Redação, conforme explicitado, inclusive, pelos próprios alunos. Logo, lida-se com duas questões: o planejamento de aulas que atendam às exigências do tema do curso de extensão – opinião e argumentação, projeto de texto e estrutura do artigo de opinião –, e o suprimento das carências deixadas pela ausência das disciplinas de Língua Portuguesa e Redação, como dúvidas de ordem gramatical e sintática.

Reflexões sobre a experiência docente

É do primeiro contato com a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que decorrem as principais reflexões deste relato, sobretudo porque os desafios identificados distanciaram-se das experiências adquiridas em estágios anteriores. Assim, fez-se propício observar e analisar a história da instituição em que estávamos, verificando a gênese dos desafios encontrados, e formular reflexões a respeito dessa categoria de ensino.

A promulgação da Lei 5.692/71, em 1971 – vale dizer, em plena ditadura militar –, instituiu a profissionalização

universal para todo o ensino secundário, com o objetivo de que o aluno de segundo grau pudesse ingressar imediatamente no mercado de trabalho. Para a sociedade brasileira dos anos setenta, a publicação dessa nova diretriz foi o agente ativo de diversas discussões a respeito do papel da escola. O caráter legislativo das orientações previstas na lei mencionada não foi suficiente para torná-las realidade, visto que as instituições não estavam em condições de transformar o ensino médio em uma formação profissional. Não obstante, sete anos após a sua publicação, o Colégio de Cascavel abraça a nova compreensão de ensino proposta pelo decreto, afirmando a relação educação-trabalho, e mais: a relação educação-trabalho-capital.

62

Por conseguinte, a escola, como pedra angular da sociedade, não parece restrita à sua importância social, mas movimentada – também – os eixos econômicos da nação, empregando indivíduos e mobilizando o comércio. Como desvincular, portanto, a educação de seu caráter utilitarista? Pois, se as soluções propostas pelo ensino são essencialmente mecânicas e técnicas, então os problemas que ele pretende solucionar não são mais que dilemas concretos e substanciais.

O Curso Pré-Vestibular foi disponibilizado somente para os alunos do quarto ano e as vagas eram limitadas. No primeiro dia de aula, havia cerca de vinte

alunos, que foram divididos em dois grupos. Dez desses vinte alunos permaneceram no módulo de Redação, que compreendeu nossa prática de estágio, cujo foco era o gênero artigo de opinião. Os alunos restantes, por sua vez, foram encaminhados ao módulo de Literatura, organizado pelas demais equipes da Unioeste. À medida que as aulas progrediram, a quantidade de alunos reduziu, atingindo o conclusivo número de oito alunos. Esses oito estudantes participaram de todas as atividades propostas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os participantes do curso tinham aulas regulares nos períodos da manhã e da tarde, até às 18h20. Consequentemente, as aulas do Curso Pré-Vestibular, que ocorreram no período da noite, viram-se afetadas, especialmente porque muitos alunos moram em bairros distantes da escola e por isso evitam permanecer na instituição até tarde.

Na concepção dos planos de aula, procurou-se preparar os estudantes para a realização da redação do vestibular da Unioeste, cuja exigência principal – no caso do vestibular do ano de 2023 – é a produção de um artigo de opinião. Dado que os próprios alunos deveriam inscrever-se no curso, a afirmação da prática docente resultou do entusiasmo e disposição dos estudantes. Esse impulso inicial dos participantes nos distanciou da obrigatoriedade e tecnicidade do ensino que o Centro de Educação Profissional dispõe, uma vez que os estudantes fo-

ram movidos pela vontade de aprender mais sobre o gênero previsto para o principal vestibular da cidade.

A epígrafe das Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos (2006) recomenda que:

A escola profissional não deve tornar-se uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos num ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas apenas com olhos infalíveis e uma mão firme [...] **é também através da cultura profissional que se pode fazer com que do menino brote o homem** (Gramsci, 1968, apud Paraná, 2006, grifo nosso).

Considerando o trecho destacado, o pensamento que inspira as Diretrizes da Educação Profissional sugere que “meninos” só se tornam “homens” se o ensino incentiva uma transformação mental (ideias gerais), identitária (cultura geral), espiritual (alma) e corporal (profissional). Contudo, pela insinuação da epígrafe, isso pode ser feito somente quando o ensino está aliado à aprendizagem de um ofício. Ainda, o ensino proposto não é aquele aprofundado, mas fundamenta-se em generalidades, pelo que resta perguntar qual é o verdadeiro foco da educação profissional: as ideias, a cultura, o espírito, o corpo ou o ofício?

Curiosamente, quando foram questionados sobre a faculdade que gostariam de cursar, somente um de nossos alunos apontou uma área relacionada ao curso que faz no Colégio. Enquanto a Educação Técnica se esforça em preparar indivíduos para o mercado de trabalho, os próprios estudantes se dis-

tanciam dessa proposta, seja por desejarem outras áreas profissionalizantes, diferente da cursada, seja por considerarem o ingresso no curso superior um segundo passo importante a ser dado na sequência do término do ensino médio e técnico integrado. Indaga-se, portanto, se os alunos adquirem um senso de orientação a partir do conhecimento e qualificação que recebem. Se os estudantes permanecem desorientados mesmo depois de serem instruídos em um ofício, então a educação profissionalizante sofreria uma contrariedade.

A respeito do Curso Pré-Vestibular, uma vez que as inscrições foram efetuadas, satisfazendo o interesse inaugural dos alunos, restou o anseio por aprender a escrever, neste caso, um bom artigo de opinião, o que – para eles – significava um passo em direção a uma vaga na universidade. Saber reconhecer e conseguir imitar a estrutura do gênero textual é insuficiente para a produção do artigo de opinião. É necessário, igualmente, que o aluno seja capaz de dominar a temática exigida pela prova, aplicando argumentos que sustentem seu ponto de vista. O vestibular da Unioeste aborda temas da atualidade e busca fomentar discussões de relevância social, política e econômica. Consequentemente, ao tratar das propriedades basilares do artigo de opinião, trata-se – mesmo que indiretamente – de questões contemporâneas, como a presença da mulher na política, a manipulação de da-

dos na internet e a dependência digital em crianças e adolescentes, temas dos textos apresentados durante as aulas ministradas.

De acordo com Hobsbawm (1998), a língua representa o mundo em que vivemos e o mundo em que vivemos é representado pela língua. O propósito das aulas – e da educação como um todo – não era formar sujeitos que tivessem domínio de toda a estrutura da língua e dos gêneros textuais aos quais estavam sendo expostos, mas de, a partir delas, pensar a história e o mundo, raciocinando lógica e criticamente a respeito dos assuntos que os envolvem. O modo de sustentar os pensamentos decorrentes da análise de questões contemporâneas dos alunos foi a argumentação. Assim, no primeiro dia de aula, concentramo-nos em diferenciar a opinião do argumento, e destacamos que, no artigo de opinião, tenta-se representar, graficamente, o trajeto intelectual que é traçado quando defende-se um ponto de vista sobre determinado assunto.

Acostumados com a produção sistemática de redações, os alunos não apresentaram nenhuma dificuldade no aprendizado dos conceitos de opinião e argumento, contudo, a maneira de organizar as sequências argumentativas textualmente parecia incerta. No nosso segundo encontro, esclarecemos a estrutura do projeto de texto, que seria uma ferramenta indispensável no momento de escrever o artigo de opinião.

Ali, os alunos poderiam planejar os tópicos que seriam abordados em sua produção textual, decidindo quais argumentos utilizar e como introduzi-los no texto. Dessa forma, ao trabalharmos com o projeto de texto, o enfoque se voltou às relações de textualidade, considerando, principalmente, a organização, desenvolvimento, desdobramento e articulação das informações selecionadas para o texto, mecanismos produtores de coerência.

No terceiro dia de aula, propomos o “desmembramento” do artigo de opinião. A análise individual das partes do texto fez com que as características do gênero ficassem claras e organizadas para os estudantes, facilitando a implementação do conhecimento adquirido nas produções textuais. Houve, também, uma retomada dos conceitos de coesão e coerência, bem como do projeto de texto. Foi de especial importância observar o uso dos conectivos em textos escritos por vestibulandos. Não buscávamos demonstrar uma lista de palavras que deveria ser memorizada, mas incentivar a utilização diversificada dos conectivos.

No último dia de regência da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, os alunos tiveram duas horas para a produção de um artigo de opinião que tratasse do assunto “dependência digital em crianças e adolescentes”, fundamentando-se em textos de apoio, vídeos explicativos e reflexões individuais. Um

de nossos objetivos com essa aula era propor uma espécie de oficina prática de escrita, de modo que os alunos poderiam recorrer a nós para esclarecer dúvidas enquanto estivessem escrevendo. Cabe ressaltar que durante todas as aulas ministradas utilizamos textos diversos (crônicas, charges, vídeos) que abordavam a temática da produção final dos estudantes, além de textos que haviam sido escritos por vestibulandos ou participantes do Enem.

65 Como os alunos estavam adaptados à estrutura da redação, especialmente, por conta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), identificamos certo distanciamento das qualidades de autoria e originalidade. Sentimos um receio quanto à utilização da primeira pessoa do singular, por exemplo. A estrutura de uma redação é, por si só, inflexível. Todavia, é tão respeitada – graças ao peso social do Exame Nacional –, que os malefícios da escrita mecânica e impessoal parecem indiscutíveis, pois a estrutura da redação está justificada pela ordem e perpetuada pelo costume social. Ainda, se o ENEM se esforça em apagar traços pessoais da escrita de seus participantes, o vestibular da Unioeste busca, justamente, reconhecer a personalidade do autor, que se emaranha nas linhas de sua produção textual. Portanto, fez-se necessário desfazer o gesto devotado à redação para dar espaço ao gesto da autoria. Os alunos devem observar e compreender que a língua é um espa-

ço simbólico de identificação (Santana, 2012), isto é: o extermínio de sua personalidade na escrita significa o extermínio do ser, daquilo que os constitui.

Considerações finais

Ao final do estágio, por um momento ocorreu-nos que o reconhecimento do ofício pode tomar forma de salário, mas está também nos gestos, no cumprimento da ordem e no debate. O estagiário deve aprender a ensinar enquanto tenta encontrar o ponto para o qual todos os esforços convergem. Assim, ele não aperfeiçoa o nada, mas retoma o trabalho que um outro construiu.

As reflexões apresentadas cuidaram de uma variedade de situações vivenciadas em sala de aula, mas também se propuseram a confirmar a força do passado no presente. A formação e fundação do Centro Estadual de Educação Profissional segue ecoando, direta ou indiretamente, na organização do ensino na instituição. Com isso, tenta-se demonstrar que o movimento humano, sua evolução e amadurecimento, deve tratar de solucionar problemas antigos, e isso muitas vezes significará repensar as bases de sua estrutura.

Embora idealista, a sensação primeira, que move alunos e professores desde a antiguidade, é a de que a educação pode, sim, mudar o mundo. Nos estágios, conclui-se que o mundo começa dentro de nós: é necessário mudar o interior, o pensamento e o ato individual

antes de tentar mudar a coletividade. A prática docente é múltipla, no sentido de apresentar diferentes ambientes e, conseqüentemente, diferentes desafios. Esses começam com o ato de introspecção. Em seguida, exigem ser conciliados para que, no momento da prospecção,

arranje-se o futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CEB 6/2012 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília: MEC, 2012.

HOBBSAWN, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED, 2006.

SANTANA, J. D. de. Língua, cultura e identidade: a língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: Língua - vidas em português. **Linha D'Água**, 25 (1), p. 47-66, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i1p47-66>